

A controvérsia da Geografia crítica no Brasil (Parte II)

Breno Viotto Pedrosa*

Resumo

Este artigo problematiza alguns elementos da historiografia da geografia crítica brasileira, questionando versões e demonstrando novas fontes de pesquisa. Apresentamos ainda uma hipótese a respeito da reestruturação do campo da geografia brasileira em um período que vai de 1976-1983 quando existe uma maior densidade de debates marxistas.

Palavras-chave: Marxismo; Geografia crítica; Estruturalismo; Arquivos da ditadura militar.

The Critical Geography's controversy in Brazil (part II)

Abstract

This article discusses some elements of Brazilian critical geography, questioning versions and demonstrating new research sources. We also present a hypothesis regarding the restructuring of the field of Brazilian geography in a period from 1976-1983 when there is a higher density of Marxists debates.

Key words: Marxism; Critical geography; Structuralism; Archives of the military dictatorship.

** Professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA (brenoviotto@hotmail.com).

Introdução

A segunda parte desse artigo continua a problematização sobre a geografia crítica no Brasil, problematizando a questão do estruturalismo e o abandono do marxismo em função de perspectivas pós-modernas.

Estruturalismo e pós-modernismo

O althusserianismo não tinha muito espaço no ambiente intelectual da cidade de São Paulo. Saes (2007, p. 69) lembra que Carlos N. Coutinho critica Althusser e vê a necessidade de um fundamento na ontologia marxista do trabalho humano que garanta o viés filosófico do marxismo, em uma interpretação muito próxima a Lukács. Ruy Fausto, Fernando Henrique Cardoso e Giannotti criticam Althusser, sendo que esse último problematiza a ideia de modo de produção como uma obstrução teórica. Sinteticamente, Goldmann (1973, p. 141) apresenta as críticas feitas a Althusser no exterior: “os estruturalistas eliminaram a transformação [*le devenir*], a práxis e o sujeito”. Tais pontos de crítica foram desenvolvidos por E. P. Thompson, Lefebvre, Derrida, entre outros.

Sendo assim, a geografia crítica brasileira reflete o marxismo e as organizações políticas da época. É importante lembrar que nas ciências sociais muitos professores foram cassados como, por exemplo, Florestan Fernandes, enquanto na geografia ninguém foi afastado. Muito provavelmente, isso ocorre porque os marxistas que tinham mais visibilidade não pertenciam à geografia. Em 1968, a influência maior do marxismo no campo da geografia recai, provavelmente, na presença da geografia de esquerda francesa – e aqui não problematizaremos a ala de direita da geografia. No movimento estudantil se nota que:

Então naquele momento as orientações e mesmo os passados partidários eram muito demarcados. Por exemplo, era muito demarcada o que seria uma cultura política da AP [Ação Popular], que se defrontava muito com a cultura política do

PCB. Da AP, inclusive, há muita gente que passou rapidamente via ALN [Aliança Libertadora Nacional], pela luta armada. [...] havia o PC do B [Partido comunista do Brasil] como outro aglutinador de forças que tinha também uma chapa estudantil forte chamada ‘Caminhando’. Esses eram, então, os três grandes agrupamentos no âmbito estudantil e, de certo modo, isso se projetava na geografia (MORAES apud SCARIM, 2000, p. 133).

Antônio Carlos R. Moraes, Wanderley M. da Costa, André Martin e Armando C. da Silva eram todos filiados ao PCB e formavam um núcleo na USP. Armando e Moraes dialogaram com José Chasin, um lukácsiano da Escola de Sociologia e Política em São Paulo (MORAES apud SCARIM, 2000, p. 129). Moraes também tinha uma forte influência de Carlos N. Coutinho e Leandro Konder, ligados à divulgação de Gramsci. No seu depoimento, relembra o contato com Giannotti (SCARIM, 2000, p. 129), o que pode ter reforçado um isolamento do althusserianismo. Como vimos, Vesentini era influenciado por Gramsci, que pode ter atraído também outros geógrafos. No contexto da esquerda:

a recusa dos modelos estratégicos e analíticos do PCB levou não apenas à condenação da tática que ele punha em prática, mas também a um crescente mal-estar diante das propostas de renovação filosófico-cultural sugeridas por seus jovens intelectuais. O racionalismo histórico-dialético de Gramsci e (cujas diferenças nem sempre eram devidamente apontadas) passou a ser visto como expressão de uma tendência conservadora e anacrônica. Consideravam-se mais adequadas às urgentes tarefas impostas pela nova situação da ‘Grande Recusa’ de Marcuse ou a supostamente radical ‘revolução epistemológica’ de Althusser. Misturados eletricamente entre si, mas também com Mao Zedong e Régis Debray, Marcuse e Althusser ganharam um lugar privilegiado na cultura de nossa ‘nova esquerda’, que julgava ser a luta armada a única via para derrotar a ditadura e resolver os problemas do país (COUTINHO, 2007, p. 158).

A corrente gramsciana ligada ao chamado eurocomunismo representou um esmaecimento do estalinismo e uma revalorização da democracia. O grupo da USP poderia estar ligado à heterodoxia do PCB, todavia essa é uma hipótese que carece de evidências.

Armando C. da Silva e Odette Seabra foram militantes da Polop¹, organização que possuía uma visão distinta do PCB. Em 1967, houve uma grande dissidência daqueles que acreditavam na luta armada, o que fragmentou a Polop e criou grupos de luta armada (MATTOS, 2007, p. 199). O Polop não abandonou o modelo insurrecional soviético e admitia o pressuposto básico que o Brasil era um país capitalista, sufocado pelo imperialismo. No entanto, a dualidade entre luta armada e análise de conjuntura frutificou em sua divisão. Sinteticamente:

Se para o PCB, o desenvolvimento pleno do capitalismo e de suas contradições era impedido no Brasil pela presença do latifúndio e pela pressão imperialista, o que justificava a necessidade da etapa democrático-burguesa da revolução, inserindo na dinâmica da fase imperialista deste sistema, portanto, o ataque ao imperialismo só poderia ser consequente se empreendido numa perspectiva anticapitalista, o que conferia à tarefa revolucionária um caráter socialista, desde a primeira hora (MATTOS, 2007, p. 210).

Em contrapartida, Arioaldo Umbelino de Oliveira era filiado a Ação Popular. A chamada AP tem:

(...) suas raízes no cristianismo, particularmente na Juventude Universitária Católica, no final dos anos [19]50 e início dos [19]60, passando pela influência da Revolução

¹ Organização Revolucionaria Marxista-política operaria criada em Jundiaí, São Paulo, no ano de 1961. Da Polop surgiram Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos ligados à teoria da dependência marxista e que também organizaram um seminário do capital na Universidade Nacional de Brasília, em 1963. Ruy Marini é exilado em 1964 e o grupo de FHC despejou críticas às suas leituras.

Cubana, até a adesão do marxismo-leninismo em 1968, a integração da maioria da organização ao Partido Comunista do Brasil (PC do B), em 1973 e a dissolução do que restava da AP no início da década de 1980 (RIDENTI, 2007, p. 227).

Ana Fani A. Carlos estava envolvida junto à Amélia Daminani e Odette Seabra em um grupo de leitura do capital organizado por José de Souza Martins. Deriva daí um aprofundamento da obra de Henri Lefebvre que circulava no Brasil pelo menos desde a década de 1960. O grupo de José de Souza Martins, seguindo a tradição, buscava, sobretudo, extrair o método da obra de Marx.

Carlos Walter participava de uma organização chamada convergência socialista, ligada ao trotskismo. Não conseguimos com clareza elucidar em qual organização Ruy Moreira militava, apesar dele ser aliado de Carlos Walter. É importante lembrar que Ruy teve influência em São Paulo, através da UPEGE, tendo ligações com Diamantino Pereira e Douglas Santos.

Milton Santos, Ruy Moreira e Armando C. da Silva foram todos influenciados fortemente pelo estruturalismo. Milton, exilado, havia se aproximado da profunda avaliação do pensamento de Althusser, feita tanto nos Estados Unidos quanto na França. Entretanto, como aponta Peet (1998), ele conseguiu fazer uma síntese complexa do estruturalismo, superando a restrição da ação do indivíduo, principalmente em função de sua proximidade com o pensamento de Sartre.

Apesar das confusões de alinhamento político, a geografia crítica recebia influências de fora do campo (militância política, debates marxistas em outros campos) e de dentro (por meio da geografia de esquerda francesa). Surge uma preocupação que incorria em outras escolas nacionais: a definição de um método geográfico², uma epistemologia e a definição de categorias próprias

² Lembremos que em 1972 a Difel (Difusão europeia do livro), braço da Presses Universitaires de France no Brasil, publicou **Os métodos da Geografia** de Pierre George.

da disciplina. Para alguns o método era parte da práxis, enquanto para outros o estudo de temas empíricos e a ação concreta se opunham ao academicismo.

O movimento estudantil, as influências marxistas e a ascensão de uma nova geografia ligada ao marxismo são elementos do evento de Fortaleza de 1978. Nas palavras de Mamigonian:

Em Fortaleza ocorreram duas mesas-rendondas importantes, uma organizada por R. Lobato Corrêa, dando balanço da geografia urbana brasileira, que contou com a presença marcante de M. Santos e na qual apresentei comunicação. Esta mesa marcou o fim da “quantitativa” e o avanço da chamada geografia crítica na área humana. Na outra, C.A. Figueiredo Monteiro apresentou um brilhante percurso da geografia brasileira de 1934 a 1977. A Assembléia contou com a participação de Caio Prado Júnior, que se ausentara da AGB desde Montes Claros (1968) e que se entusiasmou, como Orlando Valverde e M. Santos, com a idéia de reforma dos estatutos da AGB, visando democratizá-la, como propunham os estudantes descontentes. Nas discussões, presididas por J. César Magalhães, fiz questão de apoiar a proposta, antipatizada por alguns professores presentes, como Lea Goldstein, por exemplo. Mais tarde, criou-se um mito sobre Fortaleza-78, mas ironicamente, aqueles que se apropriaram indebitamente das mudanças da AGB, não estiveram presentes ao encontro (Ruy Moreira) ou não participaram dos debates (Carlos Walter). Na eleição da nova diretoria se apresentaram duas chapas, saindo vitoriosa a encabeçada por Marcos Alegre e tendo como vice M. Correia de Andrade, o que dá uma idéia do papel central que Presidente Prudente representava, incluindo-se minha participação ativa nos debates que levaram a uma assembléia para discutir e aprovar novo estatuto (MAMIGONIAN, 2005, p. 11).

O material preparado para o debate da mesa de Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro foi publicado em 1980³. Mesmo distante do marxismo, o livro, ao pensar a história da disciplina, segue os passos de T. Kuhn, K. Popper e Feyerabend e indica a possibilidade de constituir um método unitário, somando tendências estruturalistas da geografia humana e o uso da teoria geral dos sistemas na geografia física. Essas aproximações também foram tentadas por alguns geógrafos na França e nos EUA.

O ano de 1978 marca o retorno de Milton Santos para o Brasil trazendo, além de *Por uma geografia nova*, um capital cultural representativo, derivado do reconhecimento dos seus estudos sobre o terceiro mundo.

Em 1978, o plenário foi invadido por aqueles que reivindicavam uma democratização da AGB e o fim do sistema de sócios efetivos. O encontro termina com a eleição de Marcos Alegre, mas a disputa política se prolonga na reunião de 1979, na cidade de São Paulo. Nesse meio tempo, a UPEGE e o movimento estudantil promovem debates sobre geografia, marxismo e a realidade brasileira (MAMIGONIAN, 2005, p. 11). O resultado é a publicação do periódico *Território Livre* que teve apenas dois números.

Em 1979, a disputa continua no âmbito do movimento. A chapa de Marcos Alegre se demite coletivamente e sai do plenário, o novo estatuto é aprovado com liberdade para associação e sofre algumas mudanças da proposta original feita por Presidente Prudente. No primeiro encontro da diretoria “tampão”, que visava substituir a que se demitiu, Mamigonian nos conta que,

Os conflitos apareceram no primeiro encontro da diretoria, realizada no Rio de Janeiro, que também reuniu poucos sócios. Ficou evidente que R. Moreira representava o movimento estudantil e A. Oliveira representava os interesses da AGB – São Paulo, que levou 90 dias para preparar a ata da

³ MONTEIRO, C. A. F. **A geografia no Brasil (1934-1977) avaliação e tendências.** São Paulo: USP e Instituto de Geografia, 1980.

assembléia que aprovou os novos estatutos. Aprovou-se por unanimidade Goiânia como local de eleição da nova diretoria, mas depois a secção de São Paulo resolveu discordar e nem Ariovaldo, nem Ruy compareceram. Como presidente da diretoria tentei realizar a “costura” entre os sócios mais experientes, como M. Correia de Andrade, J. R. Araújo Filho, M. Santos e outros. C. Prado Júnior não quis aceitar a proposição do seu nome à presidência em Goiânia, mas compareceu ao Rio de Janeiro, em julho de 1980, onde uma chapa de união, com M. Santos como presidente, foi rejeitada por R. Moreira. De 1980 a 1986 R. Moreira garantiu seu monopólio da AGB, nos ombros dos estudantes e em 1986 começou o monopólio da AGB – São Paulo, ambos procuraram excluir os sócios mais experientes, principalmente M. Santos (MAMIGONIAN, 2005, p. 13).

Tal testemunho reflete o aprofundamento da cisão do bloco formado entre 1976-1978. Acrescenta-se ao cenário o peso político dos elementos partidários ou parapartidários, que manifestavam a vontade de emparelhar politicamente a AGB nas diversas tendências de esquerda. Por outro lado, existiam universitários que queriam dirimir o controle dos professores mais antigos (MAMIGONIAN, 2005, p. 11). De maneira similar ao maio de 1968, os grandes questionamentos institucionais e epistemológicos associados à uma radicalização ligada direta ou indiretamente ao marxismo, muda a dinâmica de valorização do capital cultural. Nesse momento específico quanto mais radical, mais engajado, mais oposto ao governo militar, contra a tradição geográfica feita anteriormente – vista como reacionária e burguesa –, e, por fim, quanto mais ligado à determinadas leituras marxistas, maior seria o capital cultural obtido.

Diante desse panorama, nossa hipótese sustenta que, depois de 1978, se intensifica um processo de reorganização do campo da geografia. Ou seja, temos uma reestruturação importante do campo como um todo, com a criação de novos subcampos e a reorganização dos antigos. Houve transformações profundas na geografia econômica, na política, na urbana e na agrária, surgem

novos temas como meio-ambiente, a história do pensamento geográfico, a geografia histórica.

Aqui cabe também questionar uma interpretação consolidada por Moraes (2007) e Silva (1983, p. 102)⁴ de que a geografia crítica foi uma ampla frente que lutou pela democratização. Acerca da heterogeneidade concordamos plenamente, mas quem seriam os elementos não marxistas da renovação? Não conseguimos encontrar nenhum.

De maneira consciente ou inconsciente, após 1978 existe uma espécie de processo de divisão das áreas de atuação no campo. Moraes e Costa, que inicialmente pesquisavam geografia econômica, vão se direcionando para outras áreas, como a história do pensamento geográfico e a geografia histórica, respectivamente. Ana Fani trabalha com geografia da população, econômica, mas se especializa em geografia urbana. Sandra Lencioni se especializa em geografia das indústrias, assim como Armen Mamigonian. Armando C. da Silva se direciona para a geografia social e a discussão sobre teoria e método, assim como seu discípulo Ruy Moreira. Carlos Walter se dedica ao meio-ambiente, aos seringueiros e aos povos indígenas. Ariovaldo U. de Oliveira, na geografia agrária, utiliza a obra de José de S. Martins, que também possui presença marcante na geografia urbana. Surgem abordagens mais ou menos especializadas, mesmo que os autores arrolados não se restrinjam apenas aos temas indicados. Entretanto, as especializações raramente se sobrepõem. Milton Santos, em função do perfil de sua obra, propõe um método mais generalista, que se restringe pouco e abrange a disciplina como um todo.

Mesmo com toda essa diversidade, o estruturalismo, principalmente no momento inicial, teve uma forte presença. A

⁴ “Na vertente denominada Geografia Crítica, que é uma ‘frente ética’, que inclui desde liberais até marxistas” (SILVA, 1983, p. 102). A leitura de Silva é muito influenciada pela a de Richard Peet sobre o caso estadunidense em que existe um grupo marxista e outro que incentiva o Estado de bem-estar social.

discussão sobre totalidade, modo de produção, instâncias sociais e formação social, é um traço marcante disso. Como demonstra Silva (1983, p. 74-90) de 1976 a 1983 existe uma alta densidade de publicações “críticas” e a tradução de obras importantes, como *A justiça social e a cidade* de David Harvey. Surgem duas coletâneas reunindo autores da geografia crítica: *Geografia: teoria e crítica*, organizada por Ruy Moreira, e *Novos rumos da geografia brasileira*, organizada por Milton Santos, ambas de 1982.

Em 1977, é publicado o artigo de Milton Santos sobre a formação sócio-espacial⁵ de forte influência althusseriana, mas que não se limita a esta fonte, pois Lenin e Emilio Sereni também são discutidos. Milton insere a preocupação com a redefinição de um conceito de espaço que não é exclusivamente geométrico, que englobe a dimensão histórica e as disputa sociais. Como apontado por Silva (1983, p. 86) em 1982, na revista *Borrador*; Ana Fani questiona a leitura feita por Milton acerca da Formação social, dizendo que este conceito implica em vários modos de produção diferentes e possui uma escala supranacional.

Lobato Corrêa (apud SCARIM, 2000, p. 232-240) coloca que alguns de seus trabalhos poderiam ser identificados como estruturalistas, mesmo que ele não o fosse, mas, sobretudo, que essa tendência foi abandonada sem debate⁶.

Ao observar um texto de Ariovaldo encontramos:

⁵ SANTOS, Milton. “Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método”. **Boletim Paulista de Geografia**, AGB-SP, nº 54, 1977. Esse texto foi publicado originalmente na *Antipode*. Inclusive a tradutora de Milton Santos e Yves Lacoste nessa revista era A. Buttimer da Universidade de Clark (BALLESTEROS, 1986, p. 165).

⁶ Apesar de autores como Carlos Walter (apud SCARIM, 2000) e Vesentini (2009) mencionarem Thompson, pensamos que esta é uma indicação *post festum*, uma vez que autor é quase desconhecido na geografia brasileira.

P. George procura incorporar os conceitos do materialismo histórico, alinhado a um universo teórico-metodológico que não é o do materialismo histórico, mas sim o método histórico, não se dá conta da unidade contraditória da estrutura econômica da sociedade, abstraindo, simplesmente, o conceito de modo de produção, substituindo-o pelo conceito de sistema econômico (OLIVEIRA, 1982, p. 25, primeiro grifo nosso e os demais do original).

Demonstra-se, então, uma preocupação com a estrutura econômica. Ao mesmo tempo Carlos Walter diz que esta é a questão básica que deve nortear os trabalhos daqueles geógrafos que pretendem enveredar numa perspectiva ‘ecológica’: observar criticamente a situação do inter-relacionamento homem-natureza, indo às estruturas que determinam esse tipo de relação (GONÇALVES, 1982, p. 112, grifo nosso).

Além dessa passagem, o leitor atento não deixa de notar o viés gramsciano de Carlos Walter no restante do texto. Obviamente, o debate da geografia crítica era mais amplo que o estruturalismo, no entanto, ele estava, devidamente, na ordem do dia durante o período mais denso de profusão da geografia crítica.

Ruy Moreira (1982) aceita muito bem o estruturalismo, preocupando-se com a totalidade formada por instâncias sociais. Mas, posteriormente tenta minimizar essa influência ao afirmar que o livro “A geografia serve para desvendar máscaras sociais” é fruto do impacto que recebe de Lacoste, Lefebvre e Milton Santos. Moreira (1982, p. 60) cita Lefebvre apenas marginalmente, sendo o objetivo do texto elucidar os arranjos espaciais de acordo com as repartições de instâncias, tratando a questão da reprodução, da mesma forma que Althusser. Na mesma reavaliação, Moreira (2000, p. 35 e 45) afirma que existiu um roteiro de mudanças oriundo da obra de Yves Lacoste, Milton Santos e Massimo Quaini. “Todavia, uma certa inarticulação entre eles aconteceu no decorrer do movimento concreto das reconceitualização” (MOREIRA, 2000, p. 45), ou seja, seu balanço se refere a um passado que não aconteceu.

Não é possível negar a influência de Lipietz no Brasil, introduzindo o pensamento da escola do regulacionismo econômico, que nos Estados Unidos foi um foco de crítica ao estruturalismo. Da mesma forma, a chamada teoria da dependência, com Ruy Mauro Marini e André G. Frank, também foi uma influência importante.

A presença do marxismo na geografia começa a declinar entre 1983 e 1985, quando a nova esquerda e o pós-estruturalismo ganham força dentro do campo. Os trabalhos de Vesentini (1984) e Marcelo Lopes de Souza (1984) são indícios de crítica à renovação marxista. Gradativamente são incorporados autores mais distantes do marxismo, ligados à teoria crítica, ao pós-marxismo ou à pós-modernidade, como Michel Foucault, C. Castoriadis, Jean Baudrillard, P. Virilo, Merleau-Ponty, dentre outros. Sendo assim, após uma fase de alta densidade:

Houve, nos primeiros anos (1978-83), efervescência intelectual decorrente da liberdade momentânea, mas esta efervescência teve asas curtas, pois a maioria da ‘jovem guarda’ (Ruy, Carlos Walter, Ariovaldo, Antônio Carlos e outros) não aprofundou a proposta de intersecção geografia-marxismo, jogando excessivamente para a plateia e apoiando-se em autores que visivelmente se afastavam do marxismo (H. Lefebvre, Y. Lacoste, J. S. Martins e muitos outros), frequentemente descartando a geografia feita anteriormente, como se eles estivessem fundando a verdadeira geografia (MAMIGONIAN, 2008, p. 28).

Lacoste, por exemplo, no grupo Hérodote, tinha o objetivo claro de superar o marxismo. O processo se intensifica com a queda do muro de Berlim em que a esquerda, temporariamente, perdeu fôlego. Basta observar a publicação *Seleção de textos* da AGB-SP para constatar que, em 1991, existe um número sobre geografia física, um outro sobre Wittfogel e o fim da publicação.

A figura 1 elucida a posição esquemática e resumida dos principais participantes da geografia crítica. Nele os quadrados verdes se referem aos autores, os círculos roxos aos temas e os

nos focado na questão do estruturalismo, em meio à diversas outras interpretações.

A geografia crítica foi a conjunção de várias influências de dentro e fora do campo. A leitura da obra de Marx e dos marxistas abriu perspectivas para uma teoria marxista da geografia. No estrangeiro, David Harvey contribuiu ao fazer uma análise geográfica da dinâmica do capital, enquanto Lefebvre propiciou uma ampla reflexão acerca da produção do espaço. No entanto, esses dois autores abriram mão de vários aspectos do marxismo, seguindo a onda da pós-modernidade. Lefebvre, por exemplo, conhecia Guy Debord e participou da internacional situacionista. Até que ponto ele absorveu ideias pós-modernas? Seria Lefebvre um autor pós-marxista? Seria possível separar seu pensamento sobre a produção do espaço das transformações ocorridas na Paris da década de 1970 e 1980 como, por exemplo, a construção do monumental bairro modernista de La Defense no oeste parisiense? Quanto a D. Harvey, como o pós-modernismo mudou seu pensamento? De fato F. Jameson influenciou muito a geografia anglo-saxã e ainda é pouco debatido na geografia brasileira, apesar de ter sido abordado por Armando C. da Silva.

Não podemos negar que a geografia crítica foi um momento importante para a geografia brasileira, fruto de um período anterior, quando geógrafos nacionais foram projetados em escala mundial. Também é verdade que, durante a geografia crítica, os brasileiros conseguiram captar os avanços da geografia mundial e dar suas próprias contribuições. Entretanto, depois da queda do muro a produção excessivamente endógena provocou um certo isolacionismo em que obras importantes deixaram de ser traduzidas e publicadas. Os debates da reavaliação do pensamento vidaliano, a escola de geografia econômica da Califórnia ou, ainda, os autores pós-estruturalistas são introduzidos como novidades, quando são um debate antigo. Diante disso, criou-se, a nosso ver, um hiato no diálogo da geografia brasileira com as outras escolas nacionais.

Um dos efeitos negativos da geografia crítica foi criar uma relação obsessiva no que diz respeito ao método e aos estudos

epistemológicos, geralmente não aplicados na realidade. Em contrapartida, o debate sobre o planejamento foi praticamente abandonado a partir do pressuposto simplista de que o plano reproduziria o capitalismo. Além disso, a geografia crítica não conseguiu lidar satisfatoriamente com o processo de massificação da ciência. Certamente, o número de professores de geografia tem aumentado nos últimos anos, assim como o número de cursos e programas de pós-graduação. A geração dos geógrafos críticos, altamente prestigiada academicamente, ocupou as universidades e também os órgãos de pesquisa. Qual é a crítica que se fez à institucionalização da geografia crítica? Quem foram os responsáveis pela implementação do modelo de alta produtividade científica atualmente hegemônico na geografia? Alguns dos responsáveis têm frequentado os encontros de geografia e se dizem vítimas do sistema que eles próprios ajudaram a implementar.

Como Russell Jacoby (1987) salientou, nos Estados Unidos a geografia radical se institucionalizou pelas portas dos fundos, ou seja, a revista *Antipode* que pautava a forma e conteúdo do debate científico se dobrou para as normas, critérios, temas e agendas de pesquisa estabelecidos anteriormente pela universidade e pelos geógrafos que a ocupavam. Será que esse processo ocorreu de maneira similar na geografia brasileira? Na geografia anglo-saxã⁸ críticas sérias à institucionalização já começaram a aparecer, será que não é hora de também refletirmos sobre a nossa, e perceber que rotinas “normais” – no sentido kuhniano – podem limitar o avanço da ciência?

Será que a geografia crítica deu respostas adequadas aos processos de massificação de graduados e pós-graduados na geografia, seguindo o fluxo geral de outras áreas do conhecimento? Será que foi bom o abandono de matrizes de pensamento, como o marxismo, em prol de tendências da pós-modernidade que são supostamente crítica? Parece que não.

⁸ BLOMEY, Nicholas. “Critical geography: anger and hope” in **Progress in Human Geography**, vol. 1, nº 31, 2007.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. Os usos sociais da ciência. São Paulo: UNESP, 2003.

CORRÊA, R. L. “Geografia brasileira: crise e renovação” in MOREIRA, Ruy. Geografia: teoria e crítica. Petrópolis: Vozes, 1982.

COUTINHO, Carlos N. “O Gramsci no Brasil, recepções e usos” in MORAES, João Q. de. História do marxismo no Brasil – teorias, interpretações. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

DOSSE, François. A história do estruturalismo – volume 2. Bauru: Edusc, 2007.

GOLDMANN, Lucien. Lukács et Heidegger – pour une nouvelle philosophie. Paris: Denöel/Gonthier, 1973.

GONÇALVES, C. W. P. “A geografia está em crise. Viva a geografia” in MOREIRA, Ruy. Geografia: teoria e crítica. Petrópolis: Vozes, 1982.

JACOBY, Russell. Os últimos intelectuais. São Paulo: Edusp e Trajetória Cultural, 1987.

MAMIGONIAN, Armen. “Entrevista” in Boletim Paulista de Geografia, AGB-SP, nº 88, 2008.

_____, Armen. “Minha experiência na FAFI de presidente prudente (1969-1980)” in História da FAFI. Unesp. Presidente Prudente: Editora da Unesp, 2005.

PEDROSA, B.V. A controvérsia da Geografia crítica no Brasil (Parte II).

MORAES, Antônio C. R. Geografia: pequena história crítica. São Paulo: Annablume, 2007.

MOREIRA, Ruy. “Assim se passaram dez anos (A renovação da geografia no Brasil no período 1978-1988)”. *Geographia*, ano II, nº 3, 2000.

_____, Ruy. “A geografia serve para desvendar máscaras sociais” in MOREIRA, Ruy. *Geografia: teoria e crítica*. Petrópolis: Vozes, 1982.

MATTOS, M. B. “Em busca da revolução socialista: a trajetória da Polop (1961-1967)” in MORAES, João Q. de. *História do marxismo no Brasil – teorias, interpretações*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de “O ‘econômico’ na obra geografia econômica de Pierre George: elementos para uma discussão” in MOREIRA, Ruy. *Geografia: teoria e crítica*. Petrópolis: Vozes, 1982.

PEDROSA, Breno V. *Entre as ruínas do muro: a história da geografia crítica sob a ótica da ideia de estrutura*. São Paulo: Tese de doutorado na área de geografia humana – FFLCH/USP, 2013.

PEET, Richard. *Modern geographical thought*. Oxford: Blackwell publishing, 1998.

RIDENTI, M. “Ação popular, cristianismo e marxismo” in MORAES, João Q. de. *História do marxismo no Brasil – teorias, interpretações*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

PEDROSA, B.V. A controvérsia da Geografia crítica no Brasil (Parte II).

SAES, Décio. “O impacto da teoria althusseriana da história na vida intelectual brasileira” in MORAES, João Q. de. História do marxismo no Brasil – teorias, interpretações. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

SANTOS, Milton. Território e sociedade – entrevistas com Milton Santos. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

SCARIM, Paulo C. “A construção da geografia acadêmica no Brasil” in Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, AGB. n° 88, 2008.

_____, Paulo C. Coetâneos da crítica: contribuição ao estudo do movimento de renovação da geografia brasileira. São Paulo: Dissertação de mestrado, FFLCH – Geografia/USP, 2000.

SEABRA, Manoel; IUMATTI, Paulo; HEIDEMANN, H. D. Caio Prado Jr. e a Associação de Geógrafos Brasileiros. São Paulo: EDUSP, 2008.

SILVA, Armando Corrêa da. “A renovação geográfica no Brasil – 1976/1983 (As geografias crítica e radical em uma perspectiva teórica)” in Boletim Paulista de geografia.

SOUZA, Marcelo J. de Lopes. “Espaço-tempo, Espaço-história” in Anais do 4º Encontro nacional de geógrafos, São Paulo: AGB, 1984.

VESENTINI, José William. “Geografia crítica no Brasil: uma interpretação depoente” in Ensaios de geografia crítica. São Paulo: Plêiade, 2009.

_____, José William. “Percalços da geografia crítica: entre a crise do marxismo e o mito do conhecimento científico” in Anais

PEDROSA, B.V. A controvérsia da Geografia crítica no Brasil (Parte II).

do 4º Encontro nacional de geógrafos, São Paulo: AGB, 1984, vol. 2, p. 423-434.

Recebido em dezembro de 2014

Aceito em março de 2015